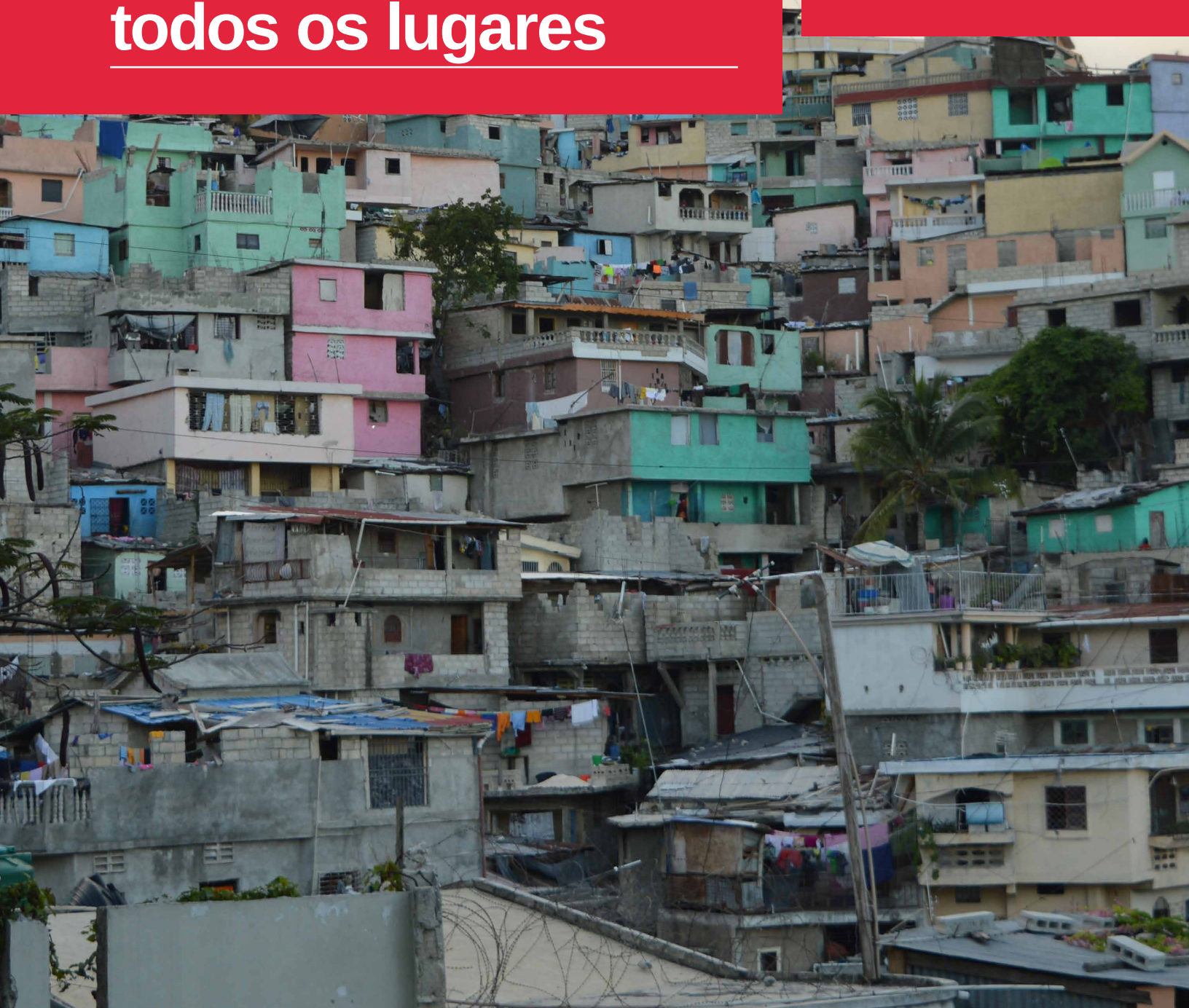


Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

**Acabar com a
pobreza em todas
as suas formas, em
todos os lugares**

**1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA**



> Panorama regional

- A América Latina avançou na redução da pobreza extrema¹ e da pobreza² entre 2000 e 2010. Posteriormente, ocorreram retrocessos que afastam esta sub-região da possibilidade de alcançar o ODS 1. Quase um terço da população latino-americana vive em situação de pobreza: mais de 180 milhões de pessoas não contam com renda suficiente para cobrir suas necessidades básicas e, dentre elas, 70 milhões não têm renda para adquirir uma cesta básica de alimentos. No Caribe, os níveis de pobreza são desiguais entre os países e, embora não se conte com informação suficiente para descrever a tendência dessa sub-região, as estimativas disponíveis indicam que em mais da metade dos países caribenhos a pobreza alcança pelo menos um quarto da população³.
- A incidência da pobreza concentra-se na população infantil e adolescente, nas mulheres, na população indígena e nas pessoas que vivem em zonas rurais⁴. A pobreza vai além da falta de renda e recursos: suas manifestações incluem a fome e a desnutrição, o acesso limitado à educação, proteção social e outros serviços básicos, a vulnerabilidade aos desastres e à mudança climática, a discriminação e a exclusão social.
- Para abordar os problemas estruturais da pobreza e da desigualdade, nas últimas décadas os países da região realizaram esforços dirigidos a fortalecer seus sistemas de proteção social através de políticas de expansão da cobertura e dos níveis de benefícios, o que se refletiu em maiores porcentagens da população pobre que recebe transferências monetárias ou pensões não contributivas. Apesar disso, ainda existem amplas lacunas de acesso à proteção social, e sua cobertura e alcance ainda são insuficientes.
- Em média, a região avançou para níveis elevados de acesso a serviços básicos, especialmente a água potável e saneamento. No entanto, a média regional esconde lacunas consideráveis entre zonas urbanas e rurais, bem como entre sub-regiões e países. Por outro lado, apesar da criação de novos mecanismos de financiamento

¹ A pobreza extrema é a insuficiência de renda dos domicílios inclusive para custear os alimentos necessários.

² A pobreza é a insuficiência de renda dos domicílios para adquirir bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas de seus membros.

³ As cifras da América Latina correspondem a 18 países. Veja uma descrição geral da incidência da pobreza nos países do Caribe no quadro I.2 de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago, 2023.

⁴ Ibid.



e dos avanços na articulação entre a política social e a ação climática, observa-se ainda progresso insuficiente no sentido de garantir a resiliência institucional e social aos desastres.

> Dados importantes da região

- Em 2022, a proporção de pessoas em situação de pobreza na América Latina era de 29% da população, 1,2 ponto percentual menos do que antes do início da pandemia de COVID-19. A pobreza extrema alcançou 11,2% da população latino-americana, de modo que se mantiveram níveis semelhantes aos de 2019.
- A pobreza afeta desproporcionalmente alguns grupos populacionais. Em 2022, as mulheres em idade produtiva apresentavam taxas de pobreza 1,2 vez mais altas do que as dos homens; a taxa de pobreza das pessoas de até 17 anos era de 42,5% em 2022, de modo que superou em 16 pontos percentuais a das pessoas entre 35 e 44 anos; nesse mesmo ano, a incidência da pobreza na população que se autodefine como indígena foi de 43,1%, isto é, o dobro da registrada na população não indígena e não afrodescendente⁵.
- Em 2019, somente 46% da população economicamente ativa (PEA) participava dos sistemas de pensões⁶, e em 2021 os programas de transferências de renda alcançavam 25,9% da população, embora em muitos casos com baixos níveis de suficiência⁷. Em 2021 os sistemas de pensões não contributivas cobriam 26,7% da população de 65 anos ou mais na região. Mesmo com esses avanços, as políticas de transferências de renda e as pensões não contributivas são insuficientes.
- Entre 2000 e 2022 a proporção da população que tem acesso à água potável passou de 90,7% para 97,6%, enquanto o acesso a saneamento passou de 74,7% para 89,5% da população. Contudo, nas zonas rurais ambos os indicadores apresentavam um nível ainda longe do acesso universal e os avanços eram mais lentos no Caribe quanto ao acesso a água potável.

⁵ Ibid.

⁶ A. Arenas de Mesa, C. Robles e J. Vila, "El desafío de avanzar hacia la sostenibilidad de los sistemas de pensiones en América Latina", *série Políticas Sociales*, Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2024, no prelo.

⁷ N. Figueroa e R. Holz, "Las persistentes brechas de protección social en la región", *El futuro de la protección social ante la crisis social prolongada en América Latina: claves para avanzar hacia sistemas universales, integrales, sostenibles e resilientes*, série Políticas Sociales, Nº 246 (LC/TS.2023/163), C. Robles e R. Holz (eds.), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2023.



OBJETIVO 1

- No período 2020-2022 a tendência do gasto social do governo central apresentou uma ruptura importante, com um aumento no início da pandemia e posteriormente, em 2022, um retorno a níveis próximos aos de 2019, de cerca de 11% do PIB em média, o que representou um ajuste muito maior do que o observado no período posterior à crise das hipotecas de alto risco em 2008.
- Na América Latina, o gasto social se mantém como o componente mais importante do gasto público total, do qual representa em média 53,4%. Nos cinco países do Caribe sobre os quais se conta com informação oficial, este gasto corresponde em média a 42,2% do gasto público total.
- A proteção social, a educação e a saúde são as funções que representam, em média, as maiores proporções do gasto social nos países da América Latina e também nos do Caribe. O gasto social em proteção social alcança 34,9% na América Latina e 23,1% no Caribe; o dirigido à educação 34,3% e 31,3%, respectivamente, e o destinado à saúde, 23,3% e 29,9%, respectivamente.
- Em 2022, somente dois países da região alcançaram a meta de gasto em saúde recomendada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)⁸, se considerarmos o gasto do governo geral, e nenhum país a alcançou, se considerarmos os recursos do governo central⁹. No mesmo ano, somente oito países da região mantinham os níveis recomendados de gasto em educação.

➤ Boas práticas da região

- A adoção de medições da pobreza multidimensional se estendeu de maneira gradual na América Latina. Onze países da região (Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e República Dominicana) contam com uma medição multidimensional da pobreza que lhes permite captar a

⁸ Quanto ao gasto em saúde, em 2014 a OPAS estabeleceu uma meta de 6% do PIB como condição necessária para reduzir as desigualdades e aumentar a proteção financeira no âmbito do acesso universal à saúde e cobertura universal de saúde. Veja Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), *Estratégia para el acceso universal a la salud y la cobertura universal de salud*, Washington, D.C., 2014.

⁹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Institucionalidad social en América Latina y el Caribe: eje central para avanzar hacia un desarrollo social inclusivo* (LC/CDS.5/3), Santiago, 2023.



diversidade de privações que constituem a pobreza, como as relacionadas com a saúde, o trabalho, a seguridade social, a educação, a habitação e o acesso aos serviços básicos.

- A Agenda Regional de Ação pela Água 2023 da América Latina e do Caribe, resultado principal dos Diálogos Regionais da Água realizados nesse ano, constitui uma compilação valiosa das principais ideias, esforços e compromissos voluntários relacionados com a água, assim como uma contribuição para o progresso efetivo dos países da região na segunda metade da Década Internacional para a Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável" (2018-2028) e, com isso, o cumprimento dos ODS.
- A Agenda Regional de Desenvolvimento Social Inclusivo, aprovada na Terceira Reunião da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe, em 2019, é um instrumento relevante para o fortalecimento da institucionalidade social como base fundamental da formulação e implementação de políticas públicas de qualidade, que sejam efetivas, eficientes, transparentes e sustentáveis.

> **Recomendações da CEPAL**

- Para continuar reduzindo a pobreza multidimensional na região, num contexto adverso de baixo crescimento e lenta recuperação econômica e social pós-pandemia, são necessárias políticas públicas integrais e intersetoriais que abordem as causas estruturais e conjunturais da desigualdade e da exclusão social, e não apenas suas manifestações imediatas.
- Uma combinação de medidas dirigidas a aumentar o crescimento e reduzir a desigualdade na distribuição da renda é crucial para obter diminuições mais significativas da pobreza e da pobreza extrema. Em particular, as políticas públicas que enfatizam a redução das lacunas de pobreza entre grupos populacionais cumprirão um papel preponderante para melhorar as perspectivas da região de atingir a meta 1.1.
- Num ambiente de trabalho de alta informalidade e precariedade do emprego é necessário promover o crescimento inclusivo e o emprego decente, especialmente para as mulheres, os jovens, as pessoas idosas e os migrantes. Também é importante aumentar a contribuição das micro, pequenas e médias empresas (MPME) mediante políticas que fomentem a formalização do trabalho, a capacitação produtiva e a participação nas cadeias de valor.

Proteção social



Crescimento inclusivo



Emprego decente



Formalização do trabalho



OBJETIVO 1

- Para evitar a transmissão intergeracional da pobreza no longo prazo é essencial melhorar a qualidade e ampliar a cobertura da educação pública, a fim de aumentar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento humano, bem como avançar no que se refere à cobertura e à qualidade dos serviços de saúde pública.
- É necessário fortalecer os sistemas de proteção social, fomentando a articulação virtuosa entre os pilares contributivo e não contributivo, para obter a universalização e a sustentabilidade. Também é necessário que esses sistemas sejam mais inclusivos e sensíveis ao gênero e garantam o acesso a serviços básicos e a uma renda mínima para as pessoas mais vulneráveis¹⁰.
- É importante expandir a cobertura legal e efetiva do seguro-desemprego na região, que existe somente em 10 dos 33 países, de maneira que funcione como uma política de estabilização automática frente à crise.
- É relevante integrar a gestão do risco de desastres com os instrumentos de proteção social e de recuperação verde, para aumentar a resiliência aos impactos da mudança climática e dos desastres e fazer com que estes não se traduzam em aumento da pobreza em suas diversas dimensões.

¹⁰ A. Arenas de Mesa e C. Robles, "Introducción", *Los sistemas de pensiones no contributivos en América Latina y el Caribe: avanzar hacia la sostenibilidad con solidaridad*, Livros da CEPAL, A. Arenas de Mesa e C. Robles (eds.), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no prelo.





UMA COMBINAÇÃO
DE MEDIDAS DIRIGIDAS
A AUMENTAR O CRESCIMENTO
E REDUZIR A DESIGUALDADE
NA DISTRIBUIÇÃO DA
RENDA É CRUCIAL PARA
OBTER DIMINUIÇÕES MAIS
SIGNIFICATIVAS DA POBREZA
E DA POBREZA EXTREMA.



Estatísticas regionais importantes

OBJETIVO 1 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

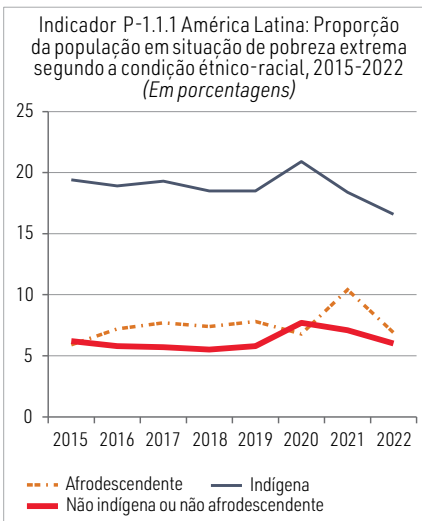
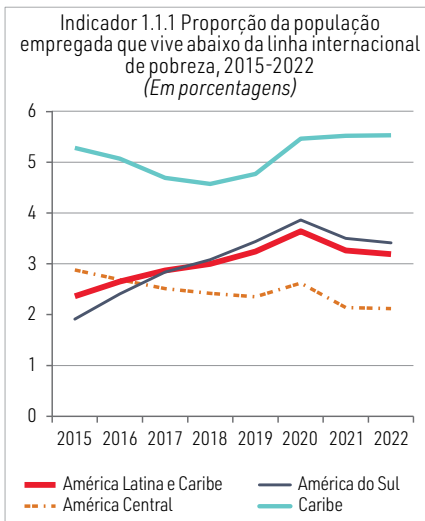
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Avanços na América Latina e no Caribe



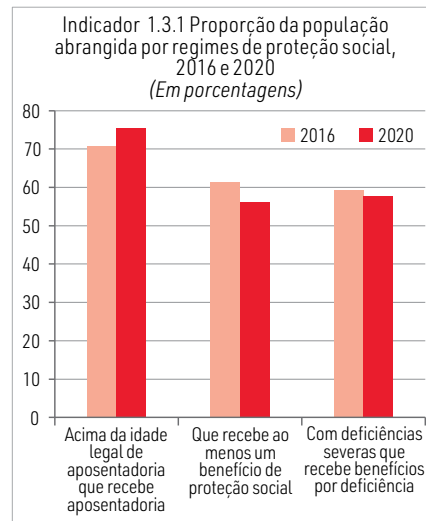
Meta 1.1 Erradicar a pobreza extrema

1.1



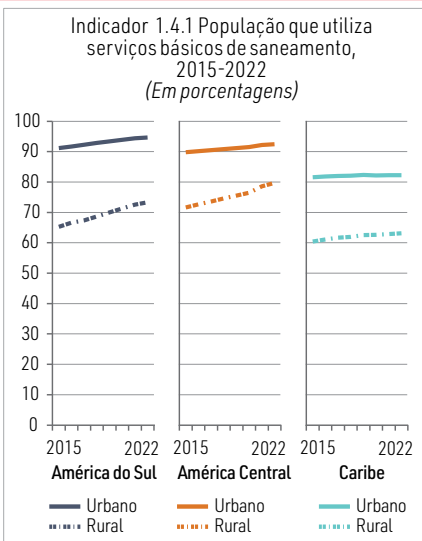
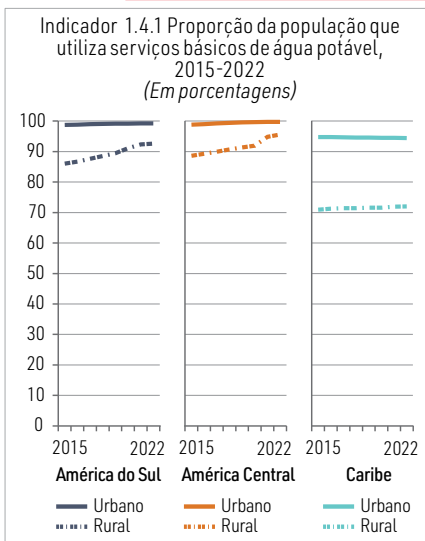
Meta 1.3 Implementar sistemas de proteção social

1.3



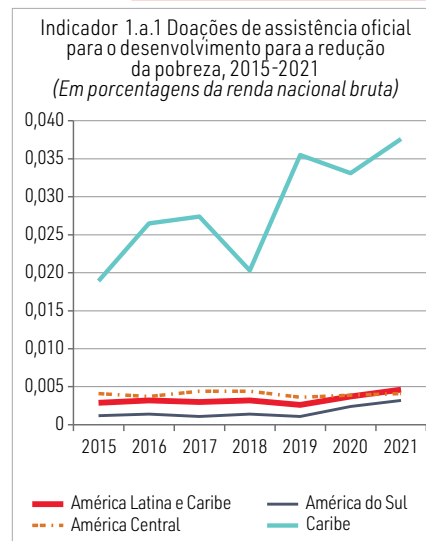
Meta 1.4 Direitos iguais aos recursos econômicos, serviços básicos, propriedade e tecnologia

1.4



Meta 1.a Mobilização de recursos para erradicar a pobreza

1.a



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual



- A tendência se afasta da meta
- A tendência está correta, mas o avanço é demasiado lento para alcançar a meta
- A meta foi alcançada ou provavelmente será alcançada com a tendência atual
- Sem semaforização

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nota: Cada indicador é composto por uma ou mais séries estatísticas, que cobrem parcial ou totalmente o indicador correspondente. Os gráficos aqui apresentados utilizam uma ou mais séries estatísticas do respectivo indicador.